

CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO

BEATRIZ VOLTARELLI DE CESARE

O EMPODERAMENTO DA SOCIEDADE ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

BAURU

2020

BEATRIZ VOLTARELLI DE CESARE

O EMPODERAMENTO DA SOCIEDADE ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Monografia de Iniciação Científica do Curso de Ciências Contábeis apresentada ao Programa Institucional de Iniciação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Centro Universitário Sagrado Coração.

Orientador: Prof. M.e Fábio José de Souza.

BAURU

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C421e	Cesare, Beatriz Voltarelli de
	O empoderamento da sociedade através da educação financeira / Beatriz Voltarelli de Cesare. -- 2020. 33f. : il.
	Orientador: Prof. Me. Fábio José de Souza
	Monografia (Iniciação Científica em Ciências Contábeis) - Centro Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO - Bauru - SP
	1. Direitos constitucionais. 2. Educação financeira. 3. Sociedade. I. Souza, Fábio José de. II. Título.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao meu orientador, Fábio José de Souza, por toda inspiração, apoio, conselho, paciência e dedicação o que tornou extremamente incrível esta experiência acadêmica.

Ao Francesco, que esteve ao meu lado neste processo, sendo atencioso, paciente e festejando cada pequeno passo concluído.

Por fim, gostaria de agradecer ao Centro Universitário Sagrado Coração por proporcionar esta experiência essencial para meu aprendizado pessoal e profissional.

## RESUMO

Com trabalho assalariado, tornou-se necessária a venda da força de trabalho, encarregando a escola em preparar uma mão de obra qualificada além de que, com a expansão do crédito no país negligenciou-se a necessidade de instrução tanto sobre as ferramentas de crédito quanto sobre orçamento financeiro à população, sendo assim, a educação financeira é a ferramenta central para fornecer aos cidadãos conhecimentos práticos sobre comportamentos que proporcionarão decisões mais assertivas em suas vidas. A pesquisa teve os objetivos de levantar e correlacionar o perfil socioeconômico do brasileiro com as medidas governamentais voltadas à educação financeira e avaliar a existência de possíveis benefícios relacionados à educação financeira. Por fim, a educação financeira pessoal torna-se primordial para a manutenção da vida na sociedade. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica com uma abordagem qualitativa, por meio da análise de dados disponibilizados pelos Órgãos Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). Quanto aos resultados e discussão, a média mensal real de rendimento de todos os trabalhos, os homens tiveram rendimentos 10,70% acima da média nacional, enquanto as mulheres 13,99% abaixo da média e a população parda e preta obteve rendimentos de 25,5% e 27,5%, respectivamente, inferiores à média nacional. Quanto a composição do rendimento médio mensal domiciliar per capita, o maior percentual é oriundo de todos os trabalhos, com 72,5% em 2019 o que evidenciou a importância do trabalho na sustentação das famílias. Quanto ao nível de instrução e os rendimentos, apontou uma relação positiva, pois, quanto maior o nível de instrução dos participantes maior foi seu rendimento mensal, atingindo R\$ 5.108,00 para os que possuem ensino superior completo enquanto que pessoas sem instrução obtiveram uma média de rendimentos de R\$ 918,00, cerca de 6 vezes menos que o primeiro. Ao analisar a razão do rendimento entre o 1% da população com os maiores rendimentos com metade da população com os menores rendimentos ficou evidente a desigualdade social que perpetua no país. Em relação à inadimplência, foi pontuado a falta de controle financeiro como justificativa, o que evidenciou a necessidade da implementação da educação financeira no cotidiano da população brasileira. A 6ª Semana ENEF realizada em 2019 contou com ações em escolas públicas do ensino fundamental com a introdução do tema nas escolas

gerando a possibilidade de ensinar às crianças o valor do dinheiro, bem como desenvolver a noção de controle e, evitar problemas futuros. Portanto, a educação financeira é de suma importância, uma vez que proporciona conhecimentos relevantes para o cotidiano da população, e desta forma, contribuindo para a formação de indivíduos autônomos, seguros e conscientes, bem como uma sociedade saudável financeira e psicologicamente.

Palavras-Chave: Direitos Constitucionais. Educação Financeira. Sociedade.

## ABSTRACT

With salaried work, it became necessary to sell the labor force, instructing the school to prepare a qualified workforce, and, with the expansion of credit in the country, the need for instruction on both credit and credit tools was neglected. About the population's financial budget, therefore, financial education is the central tool to provide citizens with practical knowledge about behaviors that will provide more assertive decisions in their lives. The research aimed to raise and correlate the socioeconomic profile of the Brazilian with government measures aimed at financial education and to evaluate the existence of possible benefits related to financial education. Finally, personal financial education becomes paramount for maintaining life in society. A bibliographic search was carried out with a qualitative approach, through the analysis of data provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), National Confederation of Shopkeepers (CNDL) and Credit Protection Service (SPC). As for the results and discussion, the real monthly average income of all jobs, men had an income of 10.70% above the national average, while women 13,99% below the average and the brown and black population obtained income of 25,5% and 27,5%, respectively, below the national average. Regarding the composition of the average monthly household income per capita, the highest percentage comes from all jobs, with 72,5% in 2019, which shows the importance of work in supporting families. As for the level of education and income, he pointed out a positive relationship, because the higher the level of education of the participants, the higher their monthly income, reaching R\$ 5.108,00 for those who have completed higher education while people without education obtained a average income of R\$ 918,00, about 6 times less than the first. When analyzing the ratio of income between the 1% of the population with the highest income with half of the population with the lowest income, the social inequality that perpetuates in the country was evident. Regarding default, the lack of financial control was pointed out as a justification, which highlighted the need for the implementation of financial education in the daily lives of the Brazilian population. The 6th ENEF Week held in 2019 featured actions in public elementary schools with the introduction of the theme in schools, generating the possibility of teaching children the value of money, as well as developing the notion of control and avoiding future problems. Therefore, financial education is of paramount importance, since it provides relevant knowledge for the daily life of the

population, and in this way, contributing to the formation of autonomous, safe and conscious individuals, as well as a financially and psychologically healthy society.

Keywords: Constitutional Rights. Financial education. Society.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos da população ocupada (R\$) .....	13
Figura 2 – Participação na composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo o tipo de rendimento (%).....	14
Figura 3 – Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos, segundo o nível de instrução (R\$) .....	15
Figura 4 – Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos dos 50% da população com menores rendimentos, segundo as Grandes Regiões (R\$) .....	16
Figura 5 – Razão do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos entre o último percentil de pessoas com maiores rendimentos e a metade da população com os menores rendimentos.....	17
Figura 6 – Taxa de analfabetismo .....	18
Figura 7 – Pessoas de 14 a 29 anos com nível de instrução inferior ao médio completo, por motivo do abandono escolar ou de nunca ter frequentado escola .....	19
Figura 8 – Origens comportamentais da inadimplência .....	21
Figura 9 – Consequências do endividamento .....	22

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO E REVISÃO DA LITERATURA</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>MATERIAIS E MÉTODOS</b>	<b>12</b>
<b>3</b>	<b>RESULTADOS</b>	<b>13</b>
3.1	RENDIMENTOS	13
3.2	EDUCAÇÃO	17
3.3	PERFIL DE INADIMPLÊNCIA DO BRASILEIRO	20
<b>4</b>	<b>DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b>	<b>23</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>28</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>29</b>
	<b>ANEXO A (CARTA DE DISPENSA COMITÊ DE ÉTICA)</b>	<b>34</b>

## 1 INTRODUÇÃO E REVISÃO DA LITERATURA

O trabalho e suas relações se transformam de acordo com as movimentações sociais, políticas, econômicas de um país, e com a expansão do capitalismo, proporcionado pela globalização, o modelo de trabalho assalariado tornou-se necessário, uma vez que, consumo é a base para seu avanço e permanência.

Dentro desta ótica, a produtividade se tornou foco principal, manifestada no *taylorismo*, *fordismo* e *toyotismo*, e a força de trabalho sendo utilizada como instrumento de produção (MORAES NETO, 2003 *apud* PEREIRA, 2010), sendo assim, ocorrendo a racionalização das atividades, maior eficiência e controle do empregado (TAYLOR, 1978 *apud* PEREIRA, 2010).

Outra diferença do processo de produção capitalista é a separação do trabalhador dos seus meios de produção (terra, ferramentas), de tal forma que, para ter acesso aos mesmos, tornou-se necessária a venda da sua força de trabalho e ao empregador, a compra com o propósito de expandir sua unidade de capital. Mesmo após anos do início do capitalismo no Brasil, a base das relações, em sua maioria, ainda se estabelece dentro da ótica do contrato de trabalho entre empregado e empregador, no qual o primeiro permanece em desvantagem de negociação, uma vez que, este não possui outras possibilidades sociais para sua subsistência (BRAVERMAN, 1981).

Para acompanhar o período industrial do país, as escolas técnicas tiveram relevante contribuição, com o objetivo de formar profissionais aptos para as novas demandas em decorrência dos complexos meios de produção, a nova estrutura organizacional (BARACHO; CABRAL NETO; RAMOS, 2017).

A partir disso, evidencia-se a mercantilização da educação brasileira, com o setor público acolhendo o ideal do empresariado, o qual percorreu gerações e esteve presente em todos os governos subsequentes, e assim, encarregando a escola (em todos os níveis) a responsabilidade de preparar uma mão de obra qualificada, atendendo aos desejos das grandes corporações e governantes em prol do desenvolvimento econômico do país. (SANTOS; MELO; LUCIMI, 2012). Além disso, a classe média encontra na educação a única forma de possível ascensão social, enquanto a classe operária reivindica o acesso ao ensino elementar médio aos filhos, numa tentativa de se adequar ao mercado de trabalho, que passa a exigir, cada vez mais, uma mão de obra qualificada (RIBEIRO, 1993).

No que tange à expansão do crédito, o total das operações do Sistema Financeiro Nacional partiu em fevereiro de 2003 de 25,7% do Produto Interno Bruto (PIB) para 49,1% em dezembro de 2011 (BRASIL, 2012 *apud* MERESSI; SOUZA e SILVA, 2016), o qual corrobora a lógica pautada no consumo, do governo Lula, com o objetivo de, a partir da demanda por consumo de bens e serviços, gerar emprego e crescimento econômico (BARONE; SADER, 2008).

Todavia, tal expansão negligenciou a necessidade de instrução tanto sobre as ferramentas de crédito quanto sobre orçamento financeiro, visto que 35,9% da população brasileira encontra alguma dificuldade e 17,9% muita dificuldade, para manter o orçamento mensal com sua renda (IBGE, 2010). Além disso, o desconhecimento sobre educação financeira acarreta em uma sociedade fragilizada financeiramente e suscetível a qualquer instabilidade, seja pontual ou geral, além de, impactar negativamente a capacidade de pagamento, apontado pela pesquisa realizada em 2018, pela CNDL e SPC ao registrar um aumento no percentual de inadimplentes para 41% na população adulta (SPC, 2018).

Diante disso, evidencia-se o papel fundamental que o Estado desempenha, no que tange a garantia dos direitos individuais e coletivos que compõem a Constituição Federal vigente, fundamentado na valorização e respeito à dignidade da pessoa humana, neste caso, pelo trabalho, fortalecido no disposto no Art. 7º da mesma que discorre sobre os direitos básicos aos trabalhadores (BRASIL, 1988), e sendo de suma importância valorizar e proteger, independentemente se em favor ao empregador ou para equilibrar instabilidades socioeconômicas (ARAÚJO; NUNES JÚNIOR, 2010). Ademais, Silva (2013) salienta que, a dignidade da pessoa humana não deve ser reduzida apenas à defesa dos direitos pessoais tradicionais, negligenciando os direitos sociais, como a educação.

Conceitua-se Educação Financeira como o desenvolvimento de técnicas e conhecimentos acerca de conceitos financeiros, que por meio de tais, proporciona informação e à amplificação das habilidades dos consumidores/investidores para a tomada de decisão com maior consciência, responsabilidade e entendimento quanto aos riscos e oportunidades inerentes à cada situação, possibilitando melhoras efetivas no orçamento financeiro pessoal (ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2005 *apud* SARAIVA, 2017). Além disso, Halfed (2006 *apud* SILVA; COSTA, 2017) complementa que a Educação Financeira

é fundamental no auxílio do indivíduo para a realização do planejamento da renda, tanto quanto na orientação para poupar e investir.

Dessa forma, a educação financeira é a ferramenta central para fornecer aos cidadãos conhecimentos práticos sobre comportamentos que proporcionarão decisões mais assertivas em suas vidas, bem como na sociedade, uma vez que, tais ações individuais possuem impactos nos níveis de endividamento da população, bem como, no monitoramento do mercado (BANCO CENTRAL, 2013).

A presente pesquisa teve o objetivo de levantar e correlacionar o perfil socioeconômico do brasileiro com as medidas governamentais voltadas à educação financeira, bem como avaliar a existência de possíveis benefícios relacionados à mesma.

Por fim, a educação financeira pessoal torna-se primordial para a manutenção da vida na sociedade, uma vez que empodera os indivíduos nela inseridos a desenvolver hábitos saudáveis que impactarão no curto, médio e longo prazo, gerando cidadãos estáveis, autônomos e conscientes da sua importância individual e coletiva.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

No presente estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, uma vez que, proporciona ao pesquisador uma consulta ampla a fenômenos, que se desejasse fazê-lo diretamente tornar-se-ia insustentável, devido a demanda de dados dispersos geograficamente, influenciando diretamente no custo x benefício da pesquisa, segundo Gil (2010).

Desta forma, inicialmente, foi realizada a pesquisa bibliográfica, por meio de livros, artigos, *sítes* e a legislação vigente no país, sobre as relações de trabalho, a expansão do capitalismo e seu impacto, tanto no papel do indivíduo na sociedade, quanto do papel do Estado em garantir direitos básicos à sociedade, com o intuito de elucidar sobre a importância de uma sociedade financeiramente instruída. Após esta etapa, foi realizado um levantamento dos dados secundários obtidos sobre rendimento e educação na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) referente ao ano de 2019, elaborada e publicada pelo IBGE e sobre inadimplência nas pesquisas elaboradas e publicadas pelo CNDL/SPC em 2019 e 2020, com o intuito de levantar o perfil socioeconômico do brasileiro.

Atrelado a isto, a pesquisa teve uma abordagem qualitativa, com o intuito de analisar e correlacionar dados já quantificados, sugerindo uma nova compreensão dos mesmos (VIANNA, 2001).

Após a coleta de dados, realizaram-se as análises e correlações dos dados coletados com as medidas governamentais voltadas à educação financeira e avaliou-se a existência de possíveis benefícios relacionados à educação financeira.




### 3 RESULTADOS

A seguir os resultados desta pesquisa.

#### 3.1 RENDIMENTOS

Conforme a pesquisa PNAD Contínua do IBGE (2019) demonstrou que o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos da população ocupada em 2019 era de R\$ 2.308,00, sendo que para pessoas do sexo masculino a média foi de R\$ 2.555,00 e para as pessoas do sexo feminino o rendimento médio caiu para R\$ 1.985,00 (Figura 1).

Figura 1 – Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos da população ocupada (R\$)






	Brasil 	Homem 	Mulher 
2012	<b>2 213</b>	<b>2 486</b>	<b>1 830</b>
2018	<b>2 317</b>	<b>2 551</b>	<b>2 010</b>
2019	<b>2 308</b>	<b>2 555</b>	<b>1 985</b>

Fonte: IBGE (2019). Nota: (1) A preços médios de 2019.

(2) Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Segundo a pesquisa PNAD Contínua do IBGE (2019), todos os trabalhos representaram a maior participação na composição do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* com 72,5%, seguido por aposentadoria e pensão com 20,5%. Os rendimentos aluguel e arrendamento, pensão alimentícia, doação e mesada de não morador e outros rendimentos, juntos totalizaram 7% (Figura 2).

Figura 2 – Participação na composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo o tipo de rendimento (%)

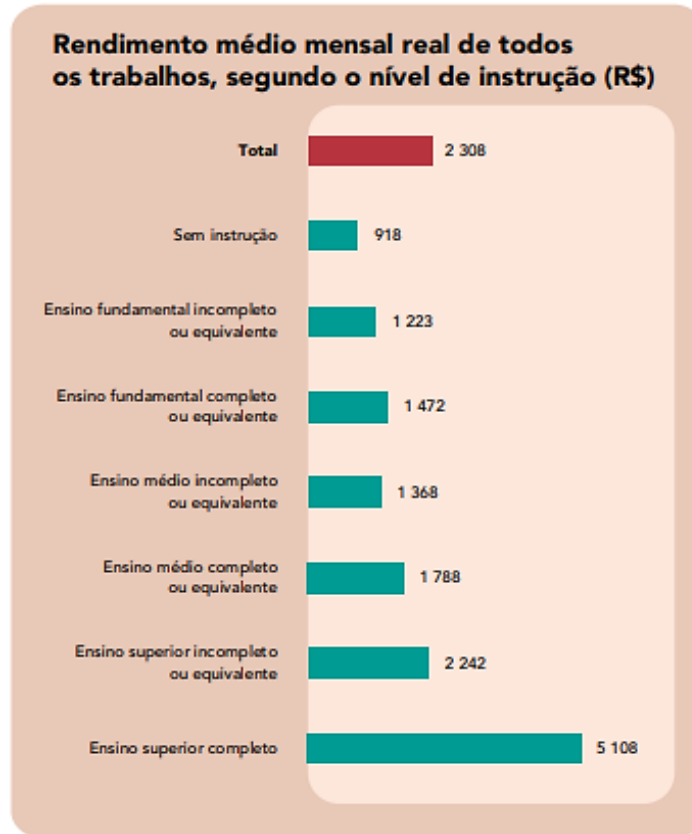
Participação na composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo o tipo de rendimento (%)		2012	2018	2019
	Todos os trabalhos	<b>73,9</b>	<b>72,4</b>	<b>72,5</b>
	Aposentadoria e pensão	<b>18,1</b>	<b>20,5</b>	<b>20,5</b>
	Aluguel e arrendamento	<b>2,4</b>	<b>2,5</b>	<b>2,5</b>
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	<b>1,2</b>	<b>1,2</b>	<b>1,1</b>
	Outros rendimentos	<b>4,4</b>	<b>3,3</b>	<b>3,4</b>

Fonte: IBGE (2019).

De acordo com a pesquisa PNAD Contínua do IBGE (2019), as pessoas com elevado nível de instrução possuíam rendimentos médios mensais maiores, chegando a R\$ 5.108,00 nos casos de superior completo. Já as pessoas sem instrução receberam, em média R\$ 918,00, ou seja, menos que um salário mínimo (R\$ 998,00 em 2019) (Figura 3).



Figura 3 – Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos, segundo o nível de instrução (R\$)



Fonte: IBGE (2019). Notas: (1) Rendimento habitualmente recebido, a preços médios de 2019. (2) Rendimento captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

A pesquisa PNAD Contínua do IBGE (2019) também apontou que, entre 50% da população com menores rendimentos de todos os trabalhos, as regiões Sudeste e Sul apresentam os maiores rendimentos médios, R\$ 1.010,00 e R\$ 1.102,00, respectivamente, enquanto as regiões Norte e Nordeste apresentam as menores, R\$ 633,00 e R\$ 569,00, respectivamente (Figura 4).

Figura 4 – Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos dos 50% da população com menores rendimentos, segundo as Grandes Regiões (R\$)

Grandes Regiões	Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos dos 50% da população com menores rendimentos (R\$)			
	2012	2014	2018	2019
<b>Brasil</b>	<b>815</b>	<b>885</b>	<b>851</b>	<b>850</b>
Norte	666	712	652	633
Nordeste	538	595	567	569
Sudeste	981	1 062	1 008	1 010
Sul	1 011	1 116	1 094	1 102
Centro-Oeste	944	1 031	994	984

Fonte: IBGE (2019). Notas: (1) Rendimento habitualmente recebido, a preços médios de 2019. (2) Rendimento captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

A pesquisa PNAD Contínua do IBGE (2019) apontou a razão entre o rendimento médio mensal real do 1% da população que obteve o maior rendimento e metade da população com os menores rendimentos. Em termos nacional, 1% da população recebeu 33,7 vezes o rendimento médio mensal real dos 50% da população nacional com menores rendimentos, nas quais as regiões Nordeste e Sudeste apresentaram as maiores razões com 35,8 e 33,4, respectivamente (Figura 5).

Figura 5 – Razão do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos entre o último percentil de pessoas com maiores rendimentos e a metade da população com os menores rendimentos

Grandes Regiões	Razão do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos entre o último percentil de pessoas com maiores rendimentos e a metade da população com os menores rendimentos							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	33,1	31,2	30,5	30,5	30,5	31,2	33,8	33,7
Norte	33,8	34,5	28,8	27,2	27,7	30,6	34,1	29,4
Nordeste	36,8	35,9	35,2	32,0	34,5	38,3	32,1	35,8
Sudeste	30,5	29,0	28,7	29,7	29,5	29,2	34,4	33,4
Sul	26,1	23,3	22,3	21,4	22,0	22,7	22,9	24,5
Centro-Oeste	32,1	30,0	25,6	27,9	25,7	27,4	25,6	25,9

Fonte: IBGE (2019). Notas: (1) Rendimento habitualmente recebido, a preços médios de 2019. (2) Rendimento captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

### 3.2 EDUCAÇÃO

No que tange a educação, a pesquisa PNAD Contínua do IBGE (2019) apontou a taxa de analfabetismo por grupos de idade, sexo e cor ou raça. Entre os grupos de idade, a maior taxa (18%) foi para as pessoas com 60 anos ou mais, seguido pelo grupo de pessoas com 40 anos ou mais com 11,1%. Na divisão por sexo, as pessoas com 15 anos ou mais do sexo masculino apresentaram taxa de 6,9% enquanto as do sexo feminino, 6,3%, e para as pessoas com 60 anos ou mais, tanto o sexo feminino quanto o masculino apresentaram a taxa de 18%. Já no comparativo por cor ou raça, as pessoas brancas com 15 anos ou mais apresentaram taxa de 3,6% enquanto as pretas ou pardas, 8,9%. Entre as pessoas com 60 anos ou mais, houve maior discrepância, sendo 9,5% para brancas e 27,1% para pretas ou pardas (Figura 6).

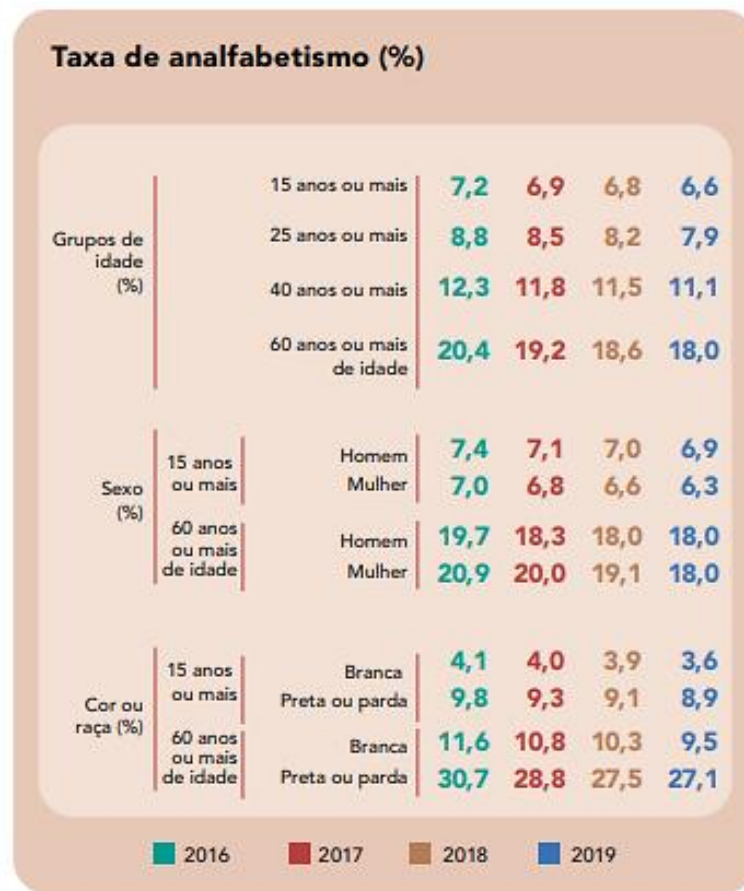
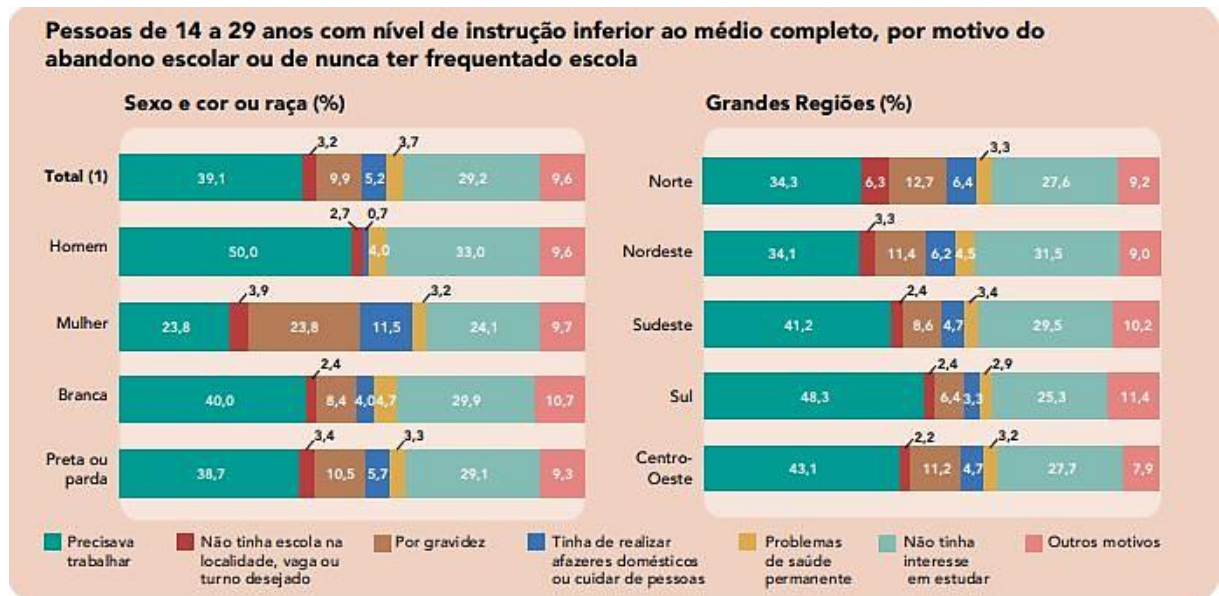


Figura 6 – Taxa de analfabetismo

Fonte: IBGE (2019). Nota: As diferenças entre 2018 e 2019 e entre 2016 e 2019 são significativas ao nível de confiança de 95%, para todas as categorias.

Quanto ao abandono escolar ou nunca ter frequentado a escola, a pesquisa PNAD Contínua do IBGE (2019) apontou que o principal motivo entre pessoas de 14 a 29 anos com nível de instrução inferior ao médio completo foi a necessidade de trabalhar (39,1%). Tal motivo predominou quando analisado o perfil por sexo, representando 50% das respostas para o sexo masculino e 23,8% para o feminino. Entre cor ou raça, a necessidade de trabalhar representou 40% das respostas dos entrevistados brancos e 38,7% dos pretos ou pardos (Figura 7).

Figura 7 – Pessoas de 14 a 29 anos com nível de instrução inferior ao médio completo, por motivo do abandono escolar ou de nunca ter frequentado



escola

Fonte: IBGE (2019). Nota: (1) Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

### 3.3 PERFIL DE INADIMPLÊNCIA DO BRASILEIRO

A pesquisa realizada pelo Indicador de Uso de Crédito, apurado pela CNDL/SPC, ressaltou que, apesar de um aumento de 1,3% de consumidores inadimplentes em setembro de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior, a inadimplência apresentou um crescimento vagaroso desde dezembro de 2017. Segundo Pellizzaro Junior, a recuperação da economia e do consumo contribuirão para evitar um crescimento expressivo da inadimplência, entretanto, não serão suficientes para proporcionar uma queda significativa no número de atrasos (SPC, 2019).

Contrapondo a pesquisa acima, em maio de 2020, o SPC divulgou que em abril o número de inadimplentes no país chegou a 62,83 milhões (40,01%) da população adulta do país, dos quais 25% estão entre 30 a 39 anos. Entre os débitos mais citados, o setor de Água e Luz apresentaram um crescimento de 18% e a soma das dívidas, em média era de R\$ 3.206,72, por consumidor (SPC, 2020).

Outra pesquisa realizada pelas mesmas organizações apurou que, entre os principais motivos da inadimplência dos consumidores que tinham dívidas vencidas há mais de três meses, na data de realização do estudo, estão o desemprego (30%) e a falta de controle financeiro (13%), uma vez que, dos que se endividaram por má administração financeira, 36% decidiram comprar por acreditar que não alcançariam o desejo da compra a longo prazo e 33% optaram aproveitar os preços promocionais ofertados sem analisar o impacto dos mesmos no orçamento (SPC, 2019).

Complementar a isso, a pesquisa também demonstrou que, o descontrole financeiro, bem como a ausência de avaliação de custos, se faz mais presente nas classes C, D e E, quando comparadas as classes A e B, sendo 45% e 69% e 42% e 85% respectivamente, o que pode ser caracterizado pela falta de acesso a informação e educação financeira para essa parcela da população, além disso, foi possível analisar que, esse comportamento também ocorre em uma parcela significativa entre os jovens de 18 a 34 anos, o que evidencia uma prática estrutural (Figura 8).

RESPOSTAS – RU por item (% dos que concordam)	Geral 2018	Geral 2019	Sexo		Idade			Classe	
			Masculino	Feminino	18 a 34	35 a 54	55 ou mais	A/B	C/D/E
Geralmente eu avalio custos de serviços ou assinaturas para ver se podem ser cortados do meu orçamento	n/a	<b>70,2%</b>	71,3%	69,3%	69,3%	70,6%	71,4%	85,7%↑	69,2%
Gasto mais dinheiro do que meu orçamento permite	n/a	<b>45,2%</b>	48,6%	42,7%	47,6%	43,5%	42,9%	42,9%	45,3%
Quase sempre cedo aos meus desejos e impulsos quando quero muito comprar alguma coisa	45,6%	<b>44,2%</b>	44,6%	43,8%	47,6%	43,5%	37,8%	42,9%	44,2%
As pessoas falam que compro demais	39,6%	<b>40,7%</b>	36,7%	43,6%	45,3%	36,4%	37,8%	45,7%	40,4%
Tem dias que não estou muito bem e acabo comprando coisas que não havia planejado para me sentir melhor e me valorizar	36,5%	<b>35,7%</b>	35,9%	35,5%	41,6%↑	31,8%	29,4%	48,6%	34,9%
Às vezes eu deixo de pagar uma conta para comprar alguma coisa que estou com muita vontade de ter	37,1%	<b>32,0%</b>	35,9%	29,2%	37,5%	29,4%	24,4%	20,0%	32,7%

Figura 8 – Origens comportamentais da inadimplência

Fonte: CNDL/ SPC (2019)

Ademais, a mesma aponta que, 46% desconhecem ou pouco sabem sobre o montante de seus gastos básicos mensais, por exemplo, água, energia e telefone, além de que, 53% reconheceram não saber ao certo seus proventos e 52% não sabem o total de parcelas das compras adquiridas, corroborando o impacto de maus hábitos do brasileiro na sua vida financeira (SPC, 2019). Assim, fica evidente que a imprudência de alguns dos consumidores, fortalecido pela impulsividade em satisfazer seu desejo em adquirir um bem ou serviço, o faz desconsiderar sua situação financeira atual, comprometendo sua liquidez e consequentemente impactando sua estabilidade a longo prazo (SPC, 2019).

Complementando, outra pesquisa divulgada em 2020 pelo SPC junto com CNDL, apontou que 82,2% dos brasileiros sofreram impacto emocional negativo devido à sua situação financeira. Entre os sentimentos citados aparecem a ansiedade (63,5%) e a vergonha (54,2%) e o maior temor, entre os entrevistados, é de não conseguir quitar suas dívidas, representando 30,8% (SPC,2020).

Além disso, a pesquisa relatou que 40,8% dos ouvidos, procuraram focar em outras atividades para não pensar nas dívidas, entre elas 28,2% em algum vício e 24,7% em consumo excessivo. Conforme aponta a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, a frustração e a dificuldade em lidar de modo racional com a situação pode desencadear comportamentos negativos que contribuem para um círculo vicioso e agravando direta e indiretamente a situação financeira do inadimplente (SPC,2020).

A mesma pesquisa levantou que, os motivos do endividamento não se limitam apenas ao emocional, como pode também ser compreendido nos âmbitos sociais e de saúde, configurando assim comportamentos hostis, impaciência, alterações de sono e apetite (Figura 9).

Ranking	Consequências emocionais/sentimentais	Consequências para a mente e o corpo (saúde)	Consequências para o relacionamento social
1º	Aumento da ansiedade	Passou a ter alterações no sono	Passou a perde a paciência com os colegas de trabalho*
2º	Aumento do estresse e irritação	Passou a procurar fazer atividades que ajudem a esquecer os problemas	Passou a andar mais irritado e tem feito agressões verbais a familiares e/ou amigos
3º	Aumento da tristeza e desânimo	Passou a ter alterações no apetite	Está mais nervoso(a) e até já fez agressões físicas a familiares e/ou amigos

■ + de 50% reconhecem sintomas   
■ Entre 25% a 50% reconhecem   
■ Até 25% reconhecem sintomas

Figura 9 – Consequências do endividamento

Fonte: CNDL/ SPC (2020)



## 4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Observa-se que, que de 2018 para 2019 a média mensal real de rendimento de todos os trabalhos apresentou relativa estabilidade, entretanto quando analisada pela perspectiva de gênero, os homens tiveram rendimentos 10,70% acima da média nacional, enquanto as mulheres 13,99% abaixo da média. Se comparado o rendimento entre os gêneros, as mulheres obtiveram, em média, 77,69% da renda dos homens em 2019, 78,67% em 2018 e 73,61% em 2012, o que demonstra ser um comportamento estrutural.

Em entrevista para o Correio Braziliense, o coordenador de campanha da Oxfam Brasil, Rafael Borges, apontou a estrutura cultural e o preconceito no Brasil como principais causas da diferença, e acrescentou que no país ainda há a construção da figura da mulher como a responsável por ficar e cuidar da casa, filhos e trabalhos domésticos (SANTA RITA, 2019).

Tal disparidade não está apenas relacionada ao gênero. A PNAD Contínua apontou que, a população parda e preta obteve rendimentos de 25,5% e 27,5%, respectivamente, inferiores à média nacional (R\$ 2.308,00), enquanto pessoas brancas receberam 29,9% acima da média e segundo levantamento realizado pelo Instituto Locomotiva, a diferença entre brancos e negros com ensino superior completo chega a 31% e a diferença não pode ser explicada apenas por falta de acesso e oportunidades, mas por um processo estruturado na exclusão e preconceito (FREIRE, 2020).

A reportagem ainda elucida sobre a diferença de proporção nos cargos de chefia, mesmo a população negra representando 55%, negros ocupam apenas 4,7% dos cargos executivos e 6,3% dos gerenciais, segundo o levantamento do Instituto Ethos, o que para a empresária Patrícia Santos, da EmpregueAfro, é urgente uma mudança em toda a cadeia de contratação, um processo de mudança de pensamento, nas políticas de contratação, recrutamento e treinamento, para quebrar conceitos antigos, e acrescenta que enquanto houver pessoas que acreditam em meritocracia, a inclusão não acontecerá (FREIRE, 2020).

Ademais, conforme apontado na reportagem do Valor Investe, mesmo com salários mais baixos, as mulheres, cada vez mais, são responsáveis por chefiar os lares e em 2015 cerca de 28,9 milhões de lares eram comandados por mulheres (NO BRASIL, 2019).

Quanto a composição do rendimento médio mensal domiciliar *per capita*, o maior percentual é oriundo de todos os trabalhos, com 72,5% em 2019. Quanto as outras fontes, houve a predominância da categoria aposentadoria e pensão com 20,5% e a menor participação foi oriunda de pensão alimentícia, doação e mesada de não morador com 1,1%, o que evidenciou a importância do trabalho na sustentação das famílias. Junto a isso, a taxa de desemprego fechou em 2019 com 11%, sendo a população mais afetada pelo desemprego se encontram nas classes C, D e E (95,4%) e possuem até o ensino médio completo ou superior incompleto (58,8%), ou seja, a parcela mais vulnerável da sociedade, o que elevou a taxa de trabalhos informais, dessa forma, sendo obrigados a renunciar seus direitos trabalhistas em prol da única saída para a retomada da renda, conforme apontado em pesquisa divulgada em fevereiro de 2020 pelo CNDL/SPC (SPC, 2020).

Acerca da taxa de analfabetismo registrou um percentual de 18% para pessoas com 60 anos ou mais e ao incluir gradualmente os grupos etários mais novos, apresentou uma queda, o que indica um maior acesso à educação entre a população mais jovem, entretanto, quando analisado por cor ou raça, a taxa entre pessoas brancas, com 15 anos ou mais registrou 3,6%, enquanto que para pessoas pretas ou pardas atingiu 8,9%. Ademais, o grupo etário de 60 anos ou mais apresentou uma taxa de 9,5% para brancos e 27,1% para pretos ou pardos, este último com percentual acima da média nacional, sendo assim, sinaliza-se uma recorrente disparidade em tal acesso e a necessidade de se enxergar questões estruturais que sustentam uma diferença desta magnitude, como por exemplo, práticas pedagógicas que não evidenciem e reforcem a cultura negra como forma de restabelecer a autoestima dos alunos negros, uma vez que, estereótipos negativos sobre pessoas negras fortalecem o racismo e a ideia de que são menos capazes, conforme afirmou Sheyla Alves Xavier, pedagoga e mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em entrevista a UOL (BERMÚDEZ, 2020).

Quanto ao nível de instrução e os rendimentos médios mensais de todos os trabalhos, apontou uma relação positiva, pois, quanto maior o nível de instrução dos participantes maior foi seu rendimento mensal, atingindo R\$ 5.108,00 para os que possuem ensino superior completo enquanto que pessoas sem instrução obtiveram uma média de rendimentos de R\$ 918,00, cerca de 6 vezes menos que o primeiro. Apesar da pesquisa não trazer dados classificados por gênero, cor ou raça, a

disparidade pode ser resultante do abandono escolar, uma vez que, 39,1% da população entre 14 e 29 anos apontaram como motivo a necessidade de trabalhar, enquanto que para mulheres, tanto brancas quanto pretas ou pardas, além do motivo citado, este abandono ocorreu também por conta de gravidez e a realização de tarefas domésticas, o que precocemente já retira a mulher do mercado de trabalho, reflexo de uma sociedade machista, a qual não é uma estrutura fácil de ser revertida, que segundo Lucelena Ferreira, pesquisadora e professora entrevistada pelo UOL, necessita, por exemplo, de uma ampliação no número de creches públicas que assegurem às mães a possibilidade de ter um local para seus filhos enquanto estão trabalhando, e nas escolas, segundo Ferreira, que não sejam reforçados estereótipos de gênero, desta forma, estimulando as meninas a buscarem sucesso profissional tanto quanto já é estimulado aos meninos (MADEIRO, 2019).

Ao analisar a razão do rendimento entre o 1% da população com os maiores rendimentos com metade da população com os menores rendimentos ficou evidente a desigualdade social que perpetua no país. Conforme reportagem do UOL, o Brasil ocupa o 7º lugar de país mais desigual, conforme relatório emitido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e entre os anos de 2014 e 2018 houve um aumento de 67% na população que vivia na extrema pobreza, levantamento da FGV apontado na reportagem. Tal desigualdade é sustentada pelo racismo estrutural e institucionalizado conforme apontou Katia Maia, diretora executiva da Oxfam Brasil na reportagem do UOL, uma vez que, o Brasil tem uma construção escravocrata que reflete até nos dias atuais, além de ter uma construção baseada no gênero, também apontada por ela, pois a imagem da mulher retratada como inferior ao homem perpetua na cultura brasileira, sendo que tal definição foi construída pelo próprio homem, corroborando para a manutenção de uma estrutura que, apesar de constar na Lei nº 5452/43 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) a garantia de remuneração igual sem distinção de sexo, mantém mulheres com salários mais baixos e baixa ascensão a cargos de poder (FORTE, 2020; BRASIL, 1943).

O reflexo dos fatores citados é o aumento da inadimplência, e em maio de 2020 atingiu um percentual de 40,01%, ou seja, cerca de 62,83 milhões de brasileiros, e tão relevante quanto, o setor que mais apresentou crescimento foi o de Água e Luz, setor básico para sobrevivência e, no caso da luz, conforme apontado

pelo G1 em julho de 2019 a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou um reajuste que resultou em um aumento médio de 5,2% a nível nacional, e em Julho de 2020 na reportagem do Correio Braziliense, a mesma agência novamente autorizou o reajuste que resultará em um aumento de 3,92% aos consumidores das distribuidoras de energia (CONTA, 2019; KAFRUNI, 2020).

Como exposto, os entrevistados pela CNDL/SPC, apontaram o desemprego como motivo principal pela inadimplência (30%), o que se espera, uma vez que, se a população depende diretamente dos rendimentos provenientes do trabalho e com o aumento das taxas de desemprego, esta grande parcela em curto ou médio prazo não conseguirão honrar com seus compromissos. Além disto, os que pontuaram a falta de controle financeiro como justificativa, evidencia a necessidade da implementação da educação financeira no cotidiano da população brasileira, não como um conteúdo a ser adquirido na vida adulta, mas ensinado de forma multidisciplinar para que desenvolva na sociedade a importância do planejamento e controle financeiro pessoal, visto que 46% desconhecem ou pouco sabem o montante dos gastos mensais.

Desta forma, a Semana Nacional de Educação Financeira (ENEF) realizada desde 2014 por iniciativa do Governo Federal e que em 2019 realizou sua 6ª edição teve o enfoque sobre o tema Educação Financeira nas Escolas. A semana contou com ações em escolas públicas do ensino fundamental, com quase 14.835 iniciativas, tanto presenciais quanto *on-line* e registrou um público total de 70,7 milhões de pessoas, um crescimento de 17 vezes em relação a 2018, sendo que houve a participação de 6,6 milhões de jovens, e conforme demonstrou os resultados integrais do evento, os brasileiros estão se interessando cada vez mais pela Semana Enef (BRASIL, 2019).

Ademais, o evento trouxe como objetivo a inclusão da educação financeira na matriz curricular, de modo transversal, em escolas públicas do ensino fundamental, conforme preconiza a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Entretanto, a participação da sociedade civil por meio de algumas instituições na elaboração da Enef, deixou de aproveitar a pluralidade de representação, bem como à presença das instituições financeiras tanto no processo de elaboração da agenda quanto no financiamento, como não há financiamento estatal, pode gerar potenciais conflitos de interesses relevantes (SOARES; MARCHITO, 2019).

Quanto a BNCC, é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. A partir dela, define-se competências com o intuito de afirmar valores e estimular ações que proporcionem mudanças na sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e voltada para questões ambientais. Deste modo, a educação financeira é uma das temáticas que englobam a BNCC e cabe aos órgãos educacionais abordá-las de modo contextualizado e de acordo com suas especificidades (BRASIL, 2017).

É evidente que o problema financeiro da população brasileira não é apenas decorrente do descontrole pessoal, comportamentos irresponsáveis e impulsivos, existe uma estrutura alicerçada na desigualdade e mecanismos para a manutenção da mesma, entretanto, pela perspectiva da educação financeira a introdução do tema nas escolas gera a possibilidade de ensinar às crianças o valor do dinheiro, bem como desenvolver a noção de controle e, evitar problemas futuros, como compulsões, dívidas e sofrimentos atrelados a má gestão, segundo Olga Tessari, psicóloga e escritora, em entrevista concedida em fevereiro de 2020 ao Correio Braziliense (PINHEIRO, 2020).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se trata do perfil socioeconômico do brasileiro há uma disparidade em relação a gênero e cor ou raça pautados no preconceito e na discriminação internalizados, bem como entre os extremos, ou seja, entre os maiores e menores rendimentos, pontualmente relevantes quando analisadas as regiões norte e nordeste. Ademais, quanto a inadimplência identificou-se que os principais fatores da situação é o desemprego e a má gestão orçamentária individual.

No que tange às medidas governamentais, apesar de existirem iniciativas vigentes voltadas à educação financeira, primordialmente ao público infante-juvenil, pontua-se a necessidade de medidas enérgicas além da ampliação à todas as faixas etárias.

Diante do exposto na pesquisa é primordial que haja o reconhecimento das questões raciais e de classe que contribuem para a perpetuação da desigualdade no país, não apenas por parte do Estado, como também da iniciativa privada e das organizações civis, por meio de palestras, cursos e acompanhamentos de conscientização e aperfeiçoamento que incentivem o trabalhador a desenvolver habilidades necessárias para a gestão das finanças pessoais, o desenvolvimento de políticas de recrutamento e seleção que priorizem a diversidade, como forma de reparação social, de grupos mais vulneráveis, como também o contínuo acompanhamento da gestão pública, assim, sendo possível a manutenção e aperfeiçoamento das medidas públicas existentes.

Portanto, a educação financeira é de suma importância, uma vez que proporciona conhecimentos relevantes para o cotidiano da população, e desta forma, contribuindo para a formação de indivíduos autônomos, seguros e conscientes, bem como uma sociedade saudável financeira e psicologicamente.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, L. A. D.; NUNES JÚNIOR, V. S. **Curso de Direito Constitucional**. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de educação financeira: gestão de finanças pessoais**. Brasília, DF: BCB, 2013. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/Cuidando\\_do\\_seu\\_dinheiro\\_Gestao\\_de\\_Financas\\_Pessoais/caderno\\_cidadania\\_financeira.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf). Acesso em: 21 maio 2020.
- BARACHO, M. das. G.; CABRAL NETO, A.; RAMOS, M. da. C. P. A educação profissional na rede federal de educação tecnológica sob o enfoque do trabalho na organização taylorista/fordista. **Revista Brasileira da Educação Profissional Tecnológica**. [Rio Grande do Norte], v. 1, n. 12, abr. 2017. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/download/5719/pdf>. Acesso em: 01 mar. 2020.
- BARONE, F. M.; SADER, E. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, nov./dez. 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122008000600012&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122008000600012&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 19 abr. 2020.
- BERMÚDEZ, A. C. Analfabetismo entre negros é quase o triplo que entre brancos. **UOL Educação**. São Paulo, 15 jul. 2020. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/07/15/analfabetismo-entre-negros-e-quase-tres-vezes-maior-do-que-entre-brancos.htm>. Acesso em: 29 ago. 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 25 mar. 2019.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 1943. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm). Acesso em: 12 set. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **6ª Semana Nacional de Educação Financeira**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Relatorio-Semana-ENEF-2019.pdf>. Acesso em: 09 out. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 10 out. 2020.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CONTA de luz fica cara e, em vários estados, reajuste é maior que a inflação. **G1 Central Globo de Jornalismo**. Rio de Janeiro, 08 jul. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/07/08/conta-de-luz-fica-mais-cara-e-em-varios-estados-reajuste-e-maior-que-a-inflacao.ghtml>. Acesso em: 15 set. 2020.

FORTE, B. Por que o Brasil é o sétimo país mais desigual do mundo? **UOL Ecoa**. São Paulo, 20 fev. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/02/20/por-que-brasil-e-o-setimo-pais-mais-desigual-do-mundo.htm>. Acesso em: 12 set. 2020.

FREIRE, S. Racismo é causa da diferença salarial de 31 % entre brancos e negros com ensino superior, diz pesquisa. **Alma Preta**. [São Paulo], 08 jan. 2020. Disponível em: <https://www.almapreta.com/editorias/realidade/racismo-e-causa-da-diferenca-salarial-de-31-entre-brancos-e-negros-com-ensino-superior-diz-pesquisa>. Acesso em: 28 ago. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: educação 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Figura 6. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf). Acesso em 01 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: educação 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Figura 7. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf). Acesso em 01 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: rendimento de todas as fontes 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Figura 1. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709_informativo.pdf). Acesso em: 27 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: rendimento de todas as fontes 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Figura 2. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709_informativo.pdf). Acesso em: 27 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: rendimento de todas as fontes 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Figura 3. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709_informativo.pdf). Acesso em: 27 ago. 2020.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: rendimento de todas as fontes 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Figura 4. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709_informativo.pdf). Acesso em: 27 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: rendimento de todas as fontes 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Figura 5. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709_informativo.pdf). Acesso em: 27 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**: despesas, rendimentos e condições de vida. Tabela de Avaliação 3.1.1. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45130.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2019.

KAFRUNI, S. Aneel autoriza reajuste que resultará em aumento de 3,9% nas contas de energia. **Correio Braziliense**. Brasília, DF, 14 jul. 2020. Disponível em: [https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/07/14/internas\\_economia,872153/aneel-autoriza-reajuste-que-resultara-em-aumento-de-3-9-nas-contas-de.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/07/14/internas_economia,872153/aneel-autoriza-reajuste-que-resultara-em-aumento-de-3-9-nas-contas-de.shtml). Acesso em: 01 out. 2020.

MADEIRO, C. 23% das mulheres que abandonam a escola precisam cuidar da casa, diz estudo. **UOL Universa**. São Paulo, 13 dez. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/12/13/23-das-mulheres-que-abandonam-escola-precisam-cuidar-da-casa-ou-de-alguem.htm#:~:text=O%20estudo%20%22Inf%C3%A2ncia%2C%20G%C3%AAnero%20e,da%20casa%20ou%20de%20algu%C3%A9m>. Acesso em: 10 set. 2020.

MERESSI, F. S.; SOUZA e SILVA, M. de. F. Mobilidade socioeconômica no Brasil, padrão de consumo e conflitos socioambientais. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 87-108, abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ecos/v25n1/0104-0618-ecos-25-01-00087.pdf>. Acesso em: 26 maio 2020.

NO BRASIL, mais de 1/3 das mulheres cuidam do planejamento financeiro familiar. **Valor Investe**. [São Paulo], 08 maio 2019. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/conteudo-patrocinado/orama/noticia/2019/05/08/no-brasil-mais-de-13-das-mulheres-cuidam-do-planejamento-financeiro-familiar.ghtml>. Acesso em: 01 set. 2020.

PEREIRA, L. C. Mudanças no processo de trabalho: repercussões significadas das reestruturações produtivas. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**. Araraquara, v. 3, n. 1, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/download/4396/3903>. Acesso em: 15 fev. 2020.

PINHEIRO, G. Escolas vão ensinar educação financeira as crianças. **Correio Braziliense**. Brasília, DF, 02 fev. 2020. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/02/02/internas\\_economia,824999/escolas-va0-ensinar-educacao-financeira-a-criancas.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/02/02/internas_economia,824999/escolas-va0-ensinar-educacao-financeira-a-criancas.shtml). Acesso em: 10 out. 2020.

RIBEIRO, P. R. M. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Revista Paidéia**, Ribeirão Preto, n. 4, p. 15-30, fev./jul. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/n4/03.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2020.

SANTA RITA, B. Diferença salarial entre homens e mulheres atinge todas as classes sociais. **Correio Braziliense**. Brasília, DF, 08 mar. 2019. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/03/08/internas\\_economia,741635/diferenca-salarial-homens-e-mulheres-atinge-todas-as-classes-sociais.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/03/08/internas_economia,741635/diferenca-salarial-homens-e-mulheres-atinge-todas-as-classes-sociais.shtml). Acesso em: 20 jul. 2020.

SANTOS, J. D. A. dos.; MELO, A. K. D.; LUCIMI, M. Uma breve reflexão retrospectiva da educação brasileira (1960-2000): implicações contemporâneas. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL", 9., 2012, João Pessoa. **Anais eletrônicos**. João Pessoa: UFPB, 2012. p. 4352-4366. Disponível em: [https://www.aedi.ufpa.br/parfor/letras/images/documentos/ativ2\\_2014/cameta/baiao2012/texto-%20politica%20educacional.pdf](https://www.aedi.ufpa.br/parfor/letras/images/documentos/ativ2_2014/cameta/baiao2012/texto-%20politica%20educacional.pdf). Acesso em: 03 abr. 2020.

SARAIVA, K. S. Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 66, p. 157-173, out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n66/0104-4060-er-66-157.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (Brasil). **8 em cada 10 inadimplentes sofreram impacto emocional negativo por conta das dívidas, revela pesquisa CNDL/SPC Brasil**. São Paulo: Serviço de Proteção ao Crédito, 2020. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/7266>. Acesso em: 15 jun. 2020.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (Brasil). **8 em cada 10 inadimplentes sofreram impacto emocional negativo por conta das dívidas, revela pesquisa CNDL/SPC Brasil**. São Paulo: Serviço de Proteção ao Crédito, 2020. Figura 9. Apresentação. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2020/03/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Pesquisa-Perfil-do-Inadimplente-Impacto-Emocional-1.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2020.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (Brasil). **Com alta de 1,3%, inadimplência do consumidor cresce ao menor ritmo em quase dois anos, mostra indicador CNDL/SPC Brasil**. São Paulo: Serviço de Proteção ao Crédito, 2019. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/noticia/6866>. Acesso em: 14 jun. 2020.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (Brasil). **Em abril de 2020, o número de inadimplentes do Brasil cresceu 2,91% em relação ao mesmo período de 2019**. São Paulo: Serviço de Proteção ao Crédito, 2020. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/indice/7308>. Acesso em: 03 jun. 2020.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (Brasil). **Inadimplência de Pessoas Físicas**. São Paulo: Serviço de Proteção ao Crédito, 2018. Disponível em: [https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2018/09/An%C3%A1lise-PF\\_Agosto\\_2018.pdf](https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2018/09/An%C3%A1lise-PF_Agosto_2018.pdf). Acesso em: 24 mar. 2019.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (Brasil). **O desemprego e a busca por recolocação profissional**. São Paulo: Serviço de Proteção ao Crédito, 2020. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2018/02/An%C3%A1lise-Perfil-do-Desempregado-e-Recoloca%C3%A7%C3%A3o-Profissional-2018.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (Brasil). **Perda de emprego e redução da renda são principais causas da inadimplência no país, apontam CNDL/SPC Brasil**. São Paulo: Serviço de Proteção ao Crédito, 2019. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/6686>. Acesso em: 25 jun. 2020.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (Brasil). **Perda de emprego e redução da renda são principais causas da inadimplência no país, apontam CNDL/SPC Brasil**. São Paulo: Serviço de Proteção ao Crédito, 2019. Figura 8. Apresentação. Disponível em: [https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2019/09/Apresenta%C3%A7%C3%A3o\\_Origens-da-Inadimpl%C3%Aancia-1.pdf](https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2019/09/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_Origens-da-Inadimpl%C3%Aancia-1.pdf). Acesso em: 16 dez. 2020.

SILVA, G. T. da.; COSTA, J. L. F. **Finanças pessoais**: um estudo sobre a educação financeira dos alunos de ciências contábeis de uma instituição de ensino superior. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade de Pará de Minas, Pará de Minas, 2017. Disponível em: [http://fapam.ddns.net:8085/admin/monografiasnupe/arquivos/150320182053242017-2-CCO-\\_GUILHERME\\_TOBIAS\\_e\\_JANDERSON\\_LUCAS.pdf](http://fapam.ddns.net:8085/admin/monografiasnupe/arquivos/150320182053242017-2-CCO-_GUILHERME_TOBIAS_e_JANDERSON_LUCAS.pdf). Acesso em: 14 dez. 2020.

SILVA, J. A. da. **Curso de Direito Constitucional**. 36 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

SOARES, F. P.; MARCHITO, E. F. B. Educação financeira no Brasil: uma análise da estratégia nacional para a educação financeira (ENEF) sob a ótica do processo de elaboração de políticas públicas. **Revista Vianna Sapiens**. Juiz de Fora, v. 10, n. 2, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://viannasapiens.com.br/revista/article/download/581/329>. Acesso em: 02 out. 2020.

VIANNA, I. O. de. A. **Metodologia do trabalho científico**: um enfoque didático da produção científica. São Paulo: E.P.U, 2001.

## ANEXO A (CARTA DE DISPENSA COMITÊ DE ÉTICA)

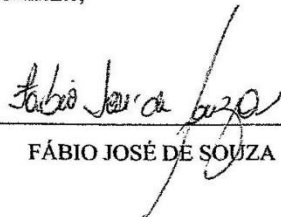


À

### COORDENADORIA DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA USC

Informo que não é necessária a submissão do projeto de pesquisa intitulado **O EMPODERAMENTO DA SOCIEDADE ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA**, ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) ou à Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) uma vez que será realizada análise bibliográfica e documental.

Atenciosamente,



---

FÁBIO JOSÉ DE SOUZA

Bauri, 28 de março de 2019.